

CÂMARA SETORIAL DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

Memória de Reunião

Local: via Microsoft TEAMS

Data: 15/02/2022

Hora: 10:00

Presentes:

Alberto Amorim

Andreza Martinez, CropLife

Milena Rodrigues de Oliveira

José Carlos de Faria Cardoso

Luís Ribeiro

Christiane Sales

Isabelle Brentegani Helleni

Jair Kaczinski

Junior Oliveira

Marcelo Scapin

Weider Santan

Thiago Tangará

Antonio de Pádua

Renata Camargo

Luís Antonio Schmidt

Sinohe Guerreiro

Rafael de Melo Pereira

Renata Camargo

Marcelo Jorge Chaim

Camila Ribeiro de Souza

Alexandre Paloschi

João Pedro Cannavale Pacheco

José Citelli Neto

Edmur Figueiredo

Érica Monteiro de Barros

Pautas:

- * Validar o novo modelo de trabalho com o grupo.
- * Decreto de agrotóxicos
- * Registro de aplicadores
- * Armazenamento
- * Melhorias no GEDAVE

A reunião foi aberta pelo coordenador das Câmaras, Alberto Amorim, que recebeu uma solicitação do Thiago Tangará, da AeroAgrícola, sugerindo que houvesse a localização, em um mapa, para saber a localização dos produtores orgânicos, de modo que a pessoa que faz a pulverização tenha noção dessa proximidade. Assim haveria a possibilidade de uma melhor convivência.

Amorim reporta que produtores de bicho-da-seda reclamaram da deriva de defensivos agrícolas, que afetou a produção.

O presidente da Câmara, Thiago, deu andamento à pauta, passando a palavra ao Júnior, que fez uma explanação sobre o novo modelo de trabalho do grupo. Este informou que há um grupo no Whatsapp, no qual são compartilhadas as informações, e mostrou o documento que compõe os documentos estratégicos da Câmara, que vem a ser o Decreto Estadual de Agrotóxicos, o Registro de Aplicadores, o Armazenamento, Embalagens e Melhorias no Gedave.

Informou sobre o registro das deliberações, que vai contar com uma tabela de Status e devidos responsáveis pela ação, bem como a agenda de reuniões para o próximo ano, incluindo aí os Grupos de Trabalho. O documento ficará aberto para todos, e o link disponibilizado no grupo do Whatsapp. O grupo de gestão ficará responsável pelo armazenamento das informações.

O presidente solicitou a presença de José Carlos e Rafael para falar a respeito dos próximos itens da pauta.

José Carlos informa ter recebido a manifestação da Câmara, referente à revogação da 69, e colocou-se à disposição para ouvir. Amorim comentou que houve demanda por atualização de normativa, e também uma conversa sobre deriva de agrotóxicos, sendo que houve a sugestão, da parte do Rafael, de que existissem cadastros de grupos vulneráveis, como os produtores apícolas, de orgânicos ou sericultores, por exemplo.

Especificamente quanto a minuta do agrotóxico, José Carlos informa que a mesma se encontra na CDA, e já foi dado encaminhamento à formação do comitê estadual.

O presidente perguntou se ainda havia a possibilidade de mudança do decreto, ao que José Carlos respondeu que todas as solicitações de alteração devem ser levadas a Assessoria Técnica de Gabinete. Amorim comenta que o fato de ser decreto facilita bastante, visto que as alterações passam pela assessoria jurídica e são encaminhadas ao governador.

Junior comentou que a alteração da resolução (normativa) é uma solicitação que foi feita, sem consulta específica da Câmara, e que é um assunto que precisa voltar a pauta, por necessidade de correções a fazer.

Luís Carlos, falando em nome das entidades do setor, informa que chegou uma proposta de decreto como tendo passado pelos trâmites jurídicos, ou seja, um trabalho praticamente finalizado. Ele acredita que talvez tenha faltado maior harmonização do texto, por conta de a Câmara ter sido montada após esta ação. Seria interessante haver maior harmonia entre os setores da Secretaria.

José Carlos admite que a consulta pública foi feita antes realmente da implantação da Câmara, mas que isso não impede novas manifestações, que podem ser ouvidas a qualquer tempo. Afirma que o consenso técnico sempre é buscado à exaustão, e que isso nem sempre é um processo fácil. Além disso, há a necessidade de passar pelas

consultorias jurídicas, etapa imprescindível para que se produza um documento adequado. Informa que os processos estão indo e voltando num prazo de dois dias, e que são diversas pautas sendo gestadas simultaneamente, e devidamente acompanhadas pelos comitês. A expectativa é que tudo fique pronto até o final do mês.

Amorim admite que as Câmaras Setoriais estiveram paradas por um bom tempo, e agora vêm sendo retomadas. As propostas que chegam são encaminhadas, e toda proposta que já estava em andamento foi colocada em pauta. As demandas específicas devem ser abordadas em Grupo de Trabalho, e depois referendadas na plenária da Câmara.

Edmur pergunta se a minuta que está na CDA vai passar novamente na Câmara antes de seguir para CJ, ao que José Carlos responde que é recomendável que a CJ veja antes da Câmara, por conta de existência de algum eventual problema jurídico. Amorim comenta que a Consultoria Jurídica é composta por membros da Procuradoria do Estado, e que sua participação é fundamental, e deve ser evitada a possibilidade de rejeição da proposta, por isso é muito importante fazer a melhor proposta possível. Afirma ainda que o quanto antes forem encaminhadas as solicitações, melhor, porque se avizinham mudanças políticas.

Luís Carlos questiona se o Secretário Itamar vai estar ainda quando estiver terminado o trabalho, ao que José Carlos responde que ele é a pessoa ideal para dar andamento, visto que possui um grande trânsito político, inclusive pelo legislativo paulista. A expectativa é que na sua volta para Alesp, haverá um reforço na busca por aprovação do projeto. Amorim reitera que é oportuno aproveitar o momento político favorável.

O presidente retoma a palavra, colocando em pauta mais dois temas, que são o registro de aplicadores e o armazenamento. Junior lembra que ficou prevista uma conversa com o ministério da Agricultura. José Carlos afirma que será feito um ofício das Câmaras Setoriais, requisitando uma agenda com o pessoal em Brasília.

Andreza Martinez, da CropLife, afirma que é fundamental essa conversa, visto que já há um trabalho em nível federal, com a capacitação de aplicadores, por exemplo. Afirma ainda que vale trazer um pouco do trabalho que a CropLife tem feito, do programa de boas práticas, atualizando todos sobre o status do projeto.

José Carlos ressalta que a agenda das Câmaras é definida pelo setor, e que a estrutura da Secretaria está disponível, dando os encaminhamentos e fazendo o trabalho de ponta com outros órgãos. Após a confirmação de data pelo ministério, será informada prontamente à presidência da Câmara.

Junior afirma que sempre há uma entidade responsável pela reunião específica, e é necessário ver a agenda, para ver qual se prontifica a levantar a discussão com o grupo. Armando, da OCESP, se prontificou a fazer isso.

Renata Camargo, da Única, afirma que um dos problemas enfrentados pelo setor é a dificuldade de interpretação, e que os responsáveis pela condução do processo poderiam apresentar o texto para a Câmara, de modo a permitir uma melhor compreensão dos objetivos da lei. Acredita que essa deva ser uma dúvida de outros setores, e uma apresentação multissetorial seria interessante.

O presidente concorda, e Marcelo Chahim afirma que há a possibilidade de participação da CDA, bem como José Carlos se coloca à disposição para esclarecimentos, por parte das Câmaras. José Carlos sugere ainda que as dúvidas sejam juntadas e encaminhadas, e as perguntas respondidas anteriormente, fazendo-se apenas uma reunião de respostas. Amorim afirma que os ofícios podem ser já encaminhados, respondendo a indagação do presidente.

O presidente informa que as dúvidas devem ser encaminhadas pelo Google Drive, e após já respondidas será marcada uma reunião para disponibilização das respostas e para dirimir eventuais dúvidas.

O próximo item da pauta são as possíveis melhorias no GEDAVE, e Junior afirma que as diversas sugestões de melhorias já encaminhadas, especialmente pela FAESP, precisam ser analisadas.

Erica responde que já vem sendo dado encaminhamento às respostas já levantadas, e a nova versão do GEDAVE 2.0 vem sendo desenvolvida pela PRODESP, no formato de um aplicativo para celular. Restam, no entanto, dúvidas sobre como tornar isso prático, por conta das diversas informações que se fazem presentes no sistema GEDAVE. Há ainda dúvidas de interpretação que precisam ser resolvidas, mas o trabalho está bem encaminhado. Haverá ainda um seminário de orientação e capacitação para os usuários, no caso específico da soja.

Junior pede que Érica esclareça que se é necessária uma reunião específica sobre o aplicativo Gedave, ou se basta que o Marcelo Chahim traga numa próxima reunião. O presidente responde que fica essa demanda específica para próxima reunião, já que houve a disposição de Chahim para fazer esta apresentação.

O presidente passou ao tema da pulverização aérea, afirmando que há um projeto do PSOL proibindo a pulverização aérea. Requisita que seja elaborado ofício da Câmara defendendo a pulverização aérea, a ser encaminhado à ALESP. Todos manifestaram apoio. Além disso, a pedido do Junior, requisita que haja uma manifestação oficial do Secretário de Agricultura em apoio à pulverização aérea.

Foi encerrada a reunião.